



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CPMU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos trinta dias do mês de outubro de 2018, às 9h50m, foi realizada a 52ª Reunião Ordinária
2 na Rua São Bento, 405, Auditório do 15º andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. Pauta do
3 dia: 1. Informes Gerais; 2. Indicação de Conselheiros para compor o FUNDURB e FMSAI; 3.
4 Diretrizes do PIU Arco Pinheiros. **CONSELHEIROS PRESENTES DO CPMU:** Heloisa M. Salles
5 Penteadó Proença (Presidente); **ÓRGÃOS MUNICIPAIS:** SECRETARIA MUNICIPAL DE
6 URBANISMO E LICENCIAMENTO – **SMUL:** ROSANÉ CRISTINA GOMES (TITULAR 2) e ANA
7 MARIA GAMBIEIR CAMPOS (TITULAR 3); SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – **SGM:**
8 CAREN VANESSA DINIZ (SUPLENTE); SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – **SF:** CARLOS
9 EDUARDO SCHAD (TITULAR); SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E
10 CIDADANIA – **SMDHC:** RONALDO LUIZ RISSETTO (TITULAR); SECRETARIA MUNICIPAL DE
11 HABITAÇÃO – **SEHAB:** ZORAIDE AMARANTE ITAPURA DE MIRANDA (TITULAR); SECRETARIA
12 MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS – **SIURB:** DIRCE CARREGÃ BALZAN (SUPLENTE);
13 SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – **SVMA:** ROSÉLIA MIKIE IKEDA
14 (SUPLENTE); SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – **SMC:** MARIANA DE SOUZA ROLIM
15 (SUPLENTE); SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – **SMIT:** TATIANA
16 GOMES LOPES (SUPLENTE); SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO: PATRICIA SARAN
17 (TITULAR); **SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO:** NORTE 2: JULIANA LINS VIEIRA
18 (SUPLENTE), CENTRO: DIOGO DO CARMO BORGES (TITULAR), LESTE 2: ALESSANDRA
19 JACINTO BATISTA (TITULAR). **SOCIEDADE CIVIL: CONSELHO PARTICIPATIVO**
20 **MUNICIPAL MACRORREGIÃO:** OESTE: MARIA APARECIDA MAGRINI (TITULAR) e
21 MAURÍCIO RAMOS (SUPLENTE), SUL 1: ROQUE PEREIRA MORAES (TITULAR);
22 **ASSOCIAÇÕES DE BAIROS:** RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO (SUPLENTE 1),
23 IARA BISCEGLI JATENE (TITULAR 3), LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA (SUPLENTE 3),
24 MARIANA FERRAZ KASTRUP (TITULAR 4); **SETOR EMPRESARIAL:** DANIELA FERRARI
25 TOSCANO DE BRITO (SUPLENTE 2), ROBERTO DE CASTRO MELLO (TITULAR 3);
26 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – **ONGS:** DANIELLE CAVALCANTI KLINTOWITZ
27 (TITULAR); **ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE**
28 **PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL:** VALTER LUÍS CALDANA JUNIOR (TITULAR);
29 **MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS:** PAULO MACHADO LISBÔA FILHO (TITULAR);
30 CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – **CMH:** ADELCKE ROSSETTO NETTO (TITULAR).
31 **ÓRGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS:** SECRETARIA ESTADUAL DA
32 **HABITAÇÃO:** MARIA CLAUDIA PEREIRA DE SOUZA (SUPLENTE); SECRETARIA ESTADUAL
33 **DO MEIO AMBIENTE:** MÁRCIA RENATA ITANI (SUPLENTE); CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
34 DE MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI – **CIMBAJU:** ALTAIR GONÇALVES DAMASCENO
35 (TITULAR). **01)** A Presidente do CPMU, Heloisa M. Salles Penteadó Proença, iniciou a reunião
36 às 9h50min, com a apresentação da pauta proposta para a reunião, em seguida deu posse ao
37 Sr. Marc Bujnicki Zablieth, representante da Associação Ciranda Comunidade e Cidadania, na
38 qualidade de suplente e como representante de Associações de Bairros com atuação no
39 Município de São Paulo no CPMU, de acordo com a Portaria nº 862, de 10 de outubro de 2018,
40 publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo no dia 11 de outubro de 2018, página 1.
41 **02)** Franqueada a palavra, a Secretária Executiva deu ciência das Atas das 49ª e 50ª Reunião
42 Ordinária e como 2º item de pauta apresentou as candidaturas dos conselheiros para
43 comporem o FUNDURB e o FMSAI pelo tempo de mandato restante. Após os candidatos
44 presentes se apresentarem ao colegiado, foi colocado em deliberação, obtendo aceitação por



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

45 unanimidade as candidaturas dos membros presentes, sendo que para o FMSAI foram
46 acordadas a titularidade e a suplência, ficando definidos o Sr. Roque Perreira Moraes da
47 Macrorregião Sul 1 – CMPU, e o Sr. Mauricio Ramos de Oliveira do Conselho Participativo
48 Municipal (Pinheiros), como titular e suplente respectivamente, e definida a Sra. Maria
49 Aparecida Magrini da Macrorregião Oeste – CMPU como suplente no FUNDURB. **03)** Em
50 continuidade a pauta, foram apresentadas as diretrizes iniciais do PIU Arco Pinheiros, pelo Sr.
51 Leonardo Castro, Superintendente de Intervenções Urbanas da São Paulo Urbanismo, em
52 seguida a Sra. Ana Barros técnica da São Paulo Urbanismo, ressaltou que a Secretária já
53 mencionou qual a situação do PIU, reforçando sobre o processo que regulamenta o PIU, e que
54 está na fase da consulta pública. Enfatizou que estão apresentando o diagnóstico e as grandes
55 diretrizes. Esclareceu quanto aos limites que o PIU faz com o território do Arco Tietê, divisa
56 com o município de Osasco, e que abrange o território da zona industrial do Jaguaré, o parque
57 tecnológico do Jaguaré lindeiro à USP. Observou ainda que tem todo o território da cidade
58 universitária, o território do CEAGESP e o território da Vila Leopoldina, próximo da ferrovia.
59 Destacou que os setores administrativos são atingidos por duas Subprefeituras, Lapa e Butantã
60 e os distritos parcialmente da Vila Leopoldina, Jaguará e Butantã. Ressaltou que o território
61 tem porções específicas que representam quase 45% do território do Arco Pinheiros. Observou
62 que o território da USP, contempla o Butantã e o IPT, que possuem 519 hectares, cerca de
63 35% do território. Quanto ao Parque Tecnológico do Jaguaré que já está dentro do Plano
64 Diretor com mapa identificado como uma AIU, informou que representa 7% do território. Com
65 relação ao PIU Leopoldina, em desenvolvimento pelo setor privado com a coordenação da
66 Prefeitura, este representa 2% com 30 hectares. Esclareceu que o CEAGESP representa 4% do
67 território. Enfatizou a ZPI do Jaguaré que está desconectada, e a USP isolada em si. Enfatizou
68 ainda que existe uma barreira muito grande do rio e a ferrovia. Frisando que por mais que se
69 tenha uma linha férrea, as estações estão totalmente desconectadas do território, ressaltou
70 que é um grande desafio desse projeto. Ponderando que tem 90.100 empregos, ressaltou que
71 é 1.9 empregos/habitante. Destacou que 73% dos usos são não residenciais. Observando que
72 tem 9.000 domicílios sendo que em favela e núcleos, ponderou que se tem mais de 50% desta
73 população em habitação precária, sendo um índice muito alto. Enfatizou que se tem 53m² de
74 área verde por habitante, sendo um índice excelente, por ninguém morar e se ter uma USP
75 muito arborizada. Pontuando que de 2000 a 2010, a região da Leopoldina teve um
76 crescimento de mais de 22.000 habitantes, ressaltou que o crescimento ocorreu nos últimos
77 anos fora do perímetro do Arco e no Jaguaré, em função das favelas. Observou que nesse
78 território se tem muito assentamento sobre antigos ramais ferroviários ou ruas, e grandes
79 favelas como a favela do Jaguaré, San Remo. Ponderou que já se tem uma ação da Habitação
80 no Jardim Humaitá, nesse território que está entre a ferrovia e o Rio Tietê. Ponderando ainda
81 que se tem um índice de vulnerabilidade social, destacou que esse índice ocorre
82 principalmente nos assentamentos precários. Quanto aos equipamentos eles estão
83 distribuídos, e que não tem um grande número de equipamentos, em compensação se tem a
84 USP, que é formada inteiramente por equipamentos, com destaque para os equipamentos de
85 cultura que estão dentro da universidade. Quanto a área industrial do Jaguaré, destacou que é
86 uma área industrial ativa, com valor muito importante dentro da produção industrial da cidade,
87 onde destacou as indústrias farmacêuticas e químicas. Destacou também as áreas de indústria
88 criativas que estão hoje localizadas na Vila Leopoldina, no Parque Tecnológico que tem o



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – C MPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

89 perímetro demarcado no Marco Regulatório, com pouquíssimas indústrias, uma vez que a
90 indústria já saiu. Ressaltando que o uso do automóvel ainda é preponderante, e que em
91 segundo lugar se tem o ônibus, fez um destaque para a ferrovia, que mesmo as estações
92 sendo desconectadas, o percentual de viagens de trem é maior do que no resto do Município.
93 Ainda quanto à mobilidade destacou que tem previsto dois corredores, o futuro corredor
94 Jaguaré e o futuro corredor Gastão Vidigal. Destacou também a ciclovia, ressaltando toda a
95 ciclovia Faria Lima, que passa na frente do Villa Lobos e que chega à Gastão Vidigal, mas não
96 se conecta com a estação. Observando que tem que qualificar muito a circulação de ciclovia,
97 ponderou que nas consultas públicas, nas contribuições pelo site, já se tem algumas
98 manifestações em relação à mobilidade, sendo que 50% das contribuições tratavam de
99 mobilidade. Quanto ao CEAGESP por ser chegada da rodovia e a ligação das duas marginais, o
100 fluxo de cargas é muito intenso, destacou a intenção do Município, da União e do Estado na
101 transferência da CEAGESP desse território.. Ressaltando que o Parque Tecnológico do Jaguaré
102 está demarcado como uma ZDE, ponderou que as indústrias saíram e os terrenos são
103 subutilizados. Ponderou que a conexão é muito importante para a integração dos territórios e,
104 sobretudo para essa preservação, ressaltando que não é uma coisa de imediato, mas para um
105 planejamento de ações para 30, 50 anos. Observou que os grandes objetivos são o
106 incremento populacional e construtivo, sempre apoiado na infraestrutura, procurando o melhor
107 aproveitamento da terra. Frisando que começa a promover nesse território uma nova
108 diversidade de usos apoiada no transporte ao longo do Jaguaré, destacando ser importante
109 para que isso ocorra, a conexão com as ferrovias do outro lado. Destacou também que o PIU
110 Leopoldina/Villa Lobos está sobre desenvolvimento pelo privado, mas com coordenação da
111 Prefeitura, e que este adensamento que já está ocorrendo vai ser muito importante. Ponderou
112 novamente quanto ao CEAGESP que se tem a intenção da saída dessa atividade e que existe
113 um contrato da União com a FIPE para elaborar o MasterPlan para essa transformação futura.
114 Enfatizou ainda que há um grande trabalho para Habitação de Interesse Social, como diretriz,
115 ressaltando que primeiro tem que articular esses territórios com tecido urbano, enfrentar essa
116 questão, que são sérias, tem favelas muito precárias próximas à ferrovia e que se tem que
117 priorizar a consolidação dessas unidades, regularizar, urbanizar, tem que se minimizar os
118 deslocamentos. Enfatizou ainda que é necessário reduzir a vulnerabilidade atendendo toda
119 essa população, produzir novas moradias com o intuito de reduzir o déficit habitacional.
120 Observou que é necessário promover uma ação integrada dos assentamentos precários,
121 mitigar os riscos e garantir condições adequadas de habitabilidade. Quanto às melhorias
122 ambientais, ressaltou que é muito importante num território, apesar do alto índice de área
123 verde/habitante por m², a má distribuição força a ter uma ação muito incisiva. Ponderou que é
124 muito importante ampliar essa área verde ambiental, conectar essas áreas verdes. Observou
125 que se pretende montar todo um sistema ambiental baseado na implantação de boulevards e
126 alamedas que são ruas arborizadas com sistema de microdrenagem. Destacou ainda que é
127 importante a recuperação da APP. Observou que a área entre a ferrovia que vai para
128 Presidente Altino e a Rodovia se quer conservar como um pulmão deste território. Quanto aos
129 tombados, frisou que se quer ter garantias visuais, e os acessos, então é necessário melhorar
130 toda parte de quem vai ao farol do Jaguaré fazer um percurso tranquilo e seguro com painéis.
131 Por fim, destacou os índices que se quer chegar, os primeiros índices trazidos são alguns para
132 identificar as áreas transformáveis, são terrenos que já estão desocupados, galpões que já



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

133 estão vazios. Observou que não há um alto adensamento. Enfatizou que se vai montar um
134 sistema de monitoramento para acompanhar todas as ações ao longo do tempo. **04)** A
135 presidente agradeceu a técnica e declarou aberta as inscrições para manifestações, perguntas
136 e comentários. **05)** O Conselheiro Titular 3 do Setor Empresarial, Roberto de Castro Mello,
137 SINAENCO, lembrou sobre a questão que vem sendo discutida ao longo dos anos com relação
138 às APPs que é a área de preservação de 100m do eixo da Marginal. Ressaltando que de um
139 lado se tem a Marginal com o CEAGESP e do outro tem mais ou menos aquela região mais
140 estreita, e destacando que não viu alguma coisa mais específica sobre o tratamento desta
141 área, questionando como tratar isso. Ao mesmo tempo, ponderou que se tem o corredor da
142 raia olímpica da USP e que isso é uma coisa que precisaria ser colocada. A outra questão
143 abordada pelo Conselheiro diz respeito de como será o tratamento dessa área alagada, que
144 para que ela possa se tornar produtiva e ocupada pelos usos todos, tem que ser resolvida toda
145 a parte de saneamento, eventualmente a continuidade do coletor sanitário que tem na
146 Marginal, ali na Rua Hungria. Ponderando que foi feita toda uma adutora ao longo do rio, e
147 que embora não seja um projeto da Prefeitura, que isso envolve o Estado, a União, ressaltou
148 que acharia importante ao longo disso se detalhar também. Enfatizou que sentiu falta de maior
149 detalhamento, de como tratar a zona da Penitenciária em si. Por fim, questionou o que se
150 propõe para o entorno e para acessos. **06)** A Presidente fez alguns comentários, ressaltando
151 que alguns deles a Prefeitura depende de tratativas com o governo do Estado. Destacou que
152 no período dos últimos seis meses, ficaram bastante comprometidos por causa do período
153 eleitoral, e que com relação à Penitenciária, por exemplo, havia ideias no Governo do Estado,
154 até de desativação. Ponderou que agora tem que verificar como isso vai ser conduzido pelo
155 Estado, se ele mantém essa posição, se mantém a penitenciária naquele local, para que se
156 possa dar o devido tratamento sempre acordando com eles senão, não se consegue fazer.
157 Quanto à questão do CEAGESP, comentou que padeceu da mesma dificuldade nos últimos seis
158 meses, que havia tratativas em andamento bastante adiantadas, que havia um protocolo de
159 intenções com a União, com os níveis de Governo, União, Estado, Município e que havia até
160 dois grupos de trabalho constituídos, um grupo de trabalho que era Estado, União com a
161 coordenação do Estado que montou uma MIP, um chamamento para transferência do
162 entreposto, chegando a ser as propostas apresentadas até julgadas, e que depois parou na
163 hora da decisão. Enfatizando que o ainda Governador Márcio França achou por bem suspender
164 e aguardar, ressaltou que também dependem da orientação que o Estado adotará ou das
165 tratativas que se farão a partir da definição eleitoral. Ponderou também que o grupo dois que
166 era da Prefeitura com a União, justamente para tratar de um aproveitamento, de uma
167 destinação, de um plano urbanístico para a região específica do CEAGESP, independente das
168 macro diretrizes para o Arco Pinheiros, deveria ser construída uma orientação específica do
169 CEAGESP com a União. Enfatizou que essas tratativas também ficaram em "Stand by", e que
170 até o momento espera-se retomar proximamente a depender como o Prefeito querará
171 conduzir essa retomada dessas tratativas e em paralelo a técnica da SP-Urbanismo Ana Barros
172 citou a FAPESP, sendo que o Estado contratou a FIPE para montar o "master plan" para a
173 região. Retomando, a Presidente esclareceu que isso não quer dizer que se adotará aquelas
174 orientações que a FIPE e a FAPESP vão traçar, mas que estão trabalhando juntos na troca de
175 orientações e diretrizes para que as coisas saiam mais ou menos casadas, pelo menos no que
176 diz respeito às orientações da municipalidade. Ressaltando que isso está em curso, ponderou



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

177 que o trabalho deles está andando, mas que a previsão de entrega do primeiro produto é
178 janeiro/19. Enfatizou que é necessário investir um tempo precioso para reconstruir essas
179 tratativas. Enfatizando ainda que a NESP é uma das propostas que entrou na MIP, do governo
180 do Estado, destacou que foram credenciados quatro e a NESP é uma delas. Ponderando que é
181 um empreendimento privado, destacou que não havia qualquer participação da Prefeitura de
182 São Paulo nisso, salvo que, no final da gestão passada a Prefeitura baixou diretrizes para que
183 a NESP, diretrizes de ocupação, porque é uma ZOE. Enfatizou que não havia nenhum
184 compromisso da municipalidade com essa ou com qualquer outra iniciativa privada, e que
185 dentro da MIP do Estado ela é uma das propostas selecionadas. Observando que a última
186 informação que se teve da parte do governo do Estado, é que nenhuma das propostas tinha
187 cumprido todos os requisitos necessários, e de que eles abriram prazo para que os
188 proponentes apresentassem complementações do que o Estado considerou carente. Ressaltou
189 que se teve notícia dessa complementação e que se esta no aguardo dessas definições que se
190 darão, definido o quadro eleitoral. **07)** A Presidente então passou a palavra para a Sra. Ana
191 Barros que ressaltando sobre a preocupação com a APP, destacou que nesse território,
192 diferente do Jurubatuba que é um PIU que foi desenvolvido anteriormente a APP, ela está
193 muito comprometida, e de que se pensa numa ação a longuíssimo prazo nisso. Ponderou que
194 ao norte, junto da Marginal ela está praticamente ocupada pela linha férrea, e de que o
195 território da CPTM tem uma faixa de 45m somente fora da APP, e que o resto está
196 integralmente na APP. Ponderou ainda que estão em conversa com a CPTM para qualificar
197 esse território da Ferrovia, mas, não se tem como recuperar nesse momento. Observou que
198 junto do Parque Tecnológico do Jaguaré identificou que é possível a recuperação. Destacou
199 que vão entrar em contato com a USP, com a cidade universitária para ver como será
200 combinado. Enfatizou que coordenar a cidade Universitária com a cidade, de tal forma que ela
201 não seja de um território tão fechado, tão isolado, desta forma se pensou em propor que a
202 Raia fosse mais cidade e menos USP, como se fosse uma grande área de lazer aberta.
203 Destacou ainda que está muito difícil principalmente onde está a ferrovia que ocupa a área da
204 APP. **08)** A Presidente complementou dizendo que o grupo dois que deveria estudar e propor
205 uma destinação para o CEAGESP. A Presidente lembrou que é uma ZOE de um PIU que vai
206 para a Câmara. Enfatizou que, embora se tenha orientações já estabelecidas na Lei de
207 Zoneamento, se esse PIU tiver propostas que mexam mais na base regular do Zoneamento,
208 que sejam mais abrangentes, terá que ir para Câmara. Ponderou que a orientação da União,
209 que a Prefeitura de São Paulo já tinha colhido, a pretensão da união é que ali, se fizesse um
210 pólo tecnológico, inclusive com diretrizes e orientações. Destacou que um polo tecnológico não
211 ocupa 600.000m², mas que a Prefeitura vai defender o uso misto para outras atividades, até
212 porque Polo Tecnológico hoje não precisa de área física, não precisa desse monte de área.
213 Ponderou ainda que, aquele Polo Tecnológico do lado da USP, que usa um projeto do Estado
214 que não vingou, muito provavelmente tende a ser reutilizado, readequado por própria iniciativa
215 do Estado, e que muito provavelmente se tudo caminhar como se vinha discutindo com a
216 União, um Polo Tecnológico será transferido para o CEAGESP combinado com muitas outras
217 atividades de uso misto, como preconiza nossa legislação. **09)** A Presidente passou a palavra
218 ao Sr. Eduardo Della Manna que solicitou para a técnica da SP-Urbanismo, Ana Barros colocar
219 o "slide" de uso do solo habitação, ressaltando que tem duas questões a apresentar, enfatizou
220 que crê que parte da resposta, a Presidente já deu, no entanto, a fala da técnica Ana Barros

Agua Din



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

221 sobre implantar uma nova frente urbana nas quadras lindeiras à Politécnica que abrange usos
222 associados à pesquisa e inovação e a moradia estudantil. Questionou então se já está se
223 pensando que tipo de incentivo se vai ter para atrair estes supostos usos associados à
224 pesquisa e a inovação, se são incentivos urbanísticos, se são incentivos fiscais, ou se são os
225 dois. Quanto ao “slide” habitação, questionou se esse território sempre foi muito
226 desorganizado no ponto da ocupação. Destacando que na última gestão do prefeito Paulo
227 Maluf foi produzido um conjunto Cingapura, ponderando que não iria entrar no mérito da
228 qualidade do projeto, ressaltou que tentou reorganizar a ocupação desse território, mantendo
229 aquela população que já morava. Enfatizou ainda que nos últimos anos, tem observado bem
230 em frente a esse conjunto Cingapura, já uma nova desorganização do território supostamente
231 incrementada até pelo crime organizado, questionou como se pretende dar conta desse fato
232 que é um fato historicamente localizado ali. Por fim, questionou como organizar esse território
233 e voltá-lo para Habitação de Interesse Social. **10)** A palavra foi franqueada para o Conselheiro
234 Titular da SF, Carlos Eduardo Schad, que ponderou que esse é o PIU mais desafiador dentre
235 todos que acompanhou aqui na C MPU, pela quantidade de diferentes fatores, pelo que já viu
236 dos dados, até da Secretaria da Fazenda, é uma área bem relevante também em termos de
237 arrecadação da Prefeitura. Ressaltou que gostou do comentário sobre a USP, que ela é
238 essencial para o processo dessa intervenção. Enfatizou também que é bem difícil o diálogo
239 com a USP, até por questão de restrição orçamentária deles de conseguirem fazer
240 transformações e gostaria de chamar atenção para outros dois atores, primeiro a COHAB, pela
241 PPP da Habitação que tem diversas intervenções na área do PIU, inclusive intervenções de
242 contrapartidas mesmo, não só de produção de habitação, e também da Prefeitura de Osasco.
243 Ressaltou que gostaria de saber se tem algum diálogo institucional com a Prefeitura de
244 Osasco, se eles pretendem realizar alguma intervenção semelhante na região de Presidente
245 Altino. **11)** Foi dada a palavra ao Conselheiro Suplente Conselho Participativo Municipal
246 Macrorregião Oeste, Sr. Maurício Ramos, que ponderou com relação aos projetos de
247 drenagem, ressaltando que gostaria que fosse dada uma atenção especial naquela área que o
248 colega citou, no encontro dos dois rios, que tenha muito mais área de drenagem, usar o
249 calçamento, as ruas e que fosse implantado muito mais jardim de chuva, de se pensar mais
250 nisso do que o piscinão. Enfatizando que essa forma que se tem de piscinão, fazer uma mega
251 obra daquelas, além de ser uma intervenção terrível, caríssima, no fim das contas, ela não
252 serve para nada, só para juntar bicho, e proliferar insetos e outras coisas. Ressaltou que a sua
253 proposta, teria mais jardim de chuva, mais drenagem para favorecer a limpeza do próprio lixo,
254 e que através da drenagem, se abastece o lençol freático, se filtra a poluição difusa, e se tem
255 uma obra de baixo impacto com um custo muito menor. Ponderando que se tem que pensar
256 dessa maneira, ter um pouco mais de harmonia com o meio ambiente, apesar de ver no
257 centro urbano, que a água é uma incomodidade e se tem que pensar na água como solução.
258 Enfatizou que essa é a sua proposta e também, se tiver qualquer intervenção que fosse na
259 USP que desce no mínimo a preferência aos professores, aos alunos, aos funcionários.
260 Observou que já que vai adensar ali, que se coloque gente da própria cidade e não entregar a
261 USP para outro tipo de uso. Enfatizou que se tem que pensar numa maneira de conservar o
262 que se tem de bom. Ponderou ainda que a Cidade Universitária é uma das poucas coisas boas
263 que temos em São Paulo, e que é uma área bacana onde se pode andar de bicicleta com os
264 filhos, e que todos vão desfrutar de biblioteca maravilhosa que se tem ali. Por fim, frisou que



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – C MPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

265 se tem que pensar mais nisso. **12)** Foi dada a palavra ao Conselheiro do Consórcio
266 Intermunicipal de Municípios da Bacia Alto Juqueri – CIMBAJU, Sr. Altair Gonçalves
267 Damasceno, ponderou com relação à mudança do CEAGESP, que está causando uma certa
268 demora na definição dessa mudança, mas uma coisa é certa, independente se o PIU NESP vai
269 ser o CEAGESP ou não, PIU NESP está sendo implantado, que já foi protocolado na Secretaria,
270 o MasterPlan do PIU NESP, o projeto arquitetônico já existe e que está sendo feito o
271 detalhamento do projeto executivo. Enfatizou que independente de toda a situação, de todo o
272 imbróglio que é a mudança do CEAGESP, é uma iniciativa particular que independe do
273 Governo do Estado, e que independente do aspecto de investimento, de despesa de
274 construção, etc. Enfatizou que se tem que considerar o PIU NESP seja CEAGESP ou não.
275 Ressaltou que todo o projeto do arco norte de São Paulo está dependendo dessa definição,
276 dessa aprovação para início em 2019. Observou que parece que se estão muito travados na
277 situação política e muito pouco desatentos à situação real, a situação fática, que é o PIU NESP
278 vai ser implantado quer seja o CEAGESP ou não. Observou ainda outra coisa, que não se sabe
279 quem está fazendo o processo de licenciamento ambiental do PIU NESP, e que ao abrir o site
280 do PIU NESP diz lá que as obras vão iniciar em 2019 e a situação é de análise do EIA/RIMA.
281 Ponderou que foi na Secretaria do Verde e Meio Ambiente e não tem nada lá referente ao PIU
282 NESP, que ninguém está analisando o EIA/RIMA e as pessoas me orientaram de que talvez
283 seja a própria Prefeitura que irá fazer a análise desse EIA/RIMA. Observando que a CIMBAJU
284 esta participando de reuniões com o PIU NESP e cada um fala uma coisa. Esclarecendo que
285 tem um trabalho numa ONG chamada Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio
286 Cultural, ressaltou que protocolaram um ofício em 2016, logo após a audiência pública do PIU
287 NESP lá em Perus, mas que não obtiveram resposta. Destacou que esse Instituto de Ferrovias
288 esta revitalizando uma ferrovia tombada pelo Patrimônio Histórico, que é a Ferrovia Perus-
289 Pirapora e essa ferrovia está no limite do terreno do PIU NESP e nele está previsto um
290 terminal Rodoferroviário. Enfatizou que queriam informações mais precisas de quem está
291 fazendo o que, e em que fase estão as coisas, pois estão perdidos. **13)** Foi dada a palavra a
292 técnica da SP-Urbanismo Sra. Ana Barros, que respondeu às perguntas, começando pelo
293 Parque Tecnológico do Jaguaré que o Sr. Eduardo Della Manna questionou, onde comentou
294 que foi conversado com a Invest São Paulo, que opera e se tem duas Secretarias, que o
295 desenho do Parque que foi projetado em 2002, ele não prosperou, e que realmente tem que
296 rever e o que se acredita é que em função da propriedade dos terrenos somente naquela
297 borda onde está identificado o perímetro que se possa potencializar isso com eles. Observou
298 que eles falam como funciona o centro de inovação o que possa atrair. Observou também que
299 se precisa de mobilidade e de academia, e de se pensar em outros incentivos, e de como
300 construir isso. Ponderou que já estão pensando e que ai é uma revisão do Parque como um
301 todo e se acredita que com a transformação do CEAGESP somando com o que a Presidente
302 falou, a atividade possa se conectar do outro lado. Ponderando que então, você tem um eixo
303 que não fica restrito no território de um lado só do rio, ressaltou que em relação à habitação, e
304 aí é a favela do Jaguaré, que já foi identificada toda a frente da Marginal, que é um problema
305 sério, observando que se tem feito um trabalho com a SEHAB indo a fundo em cada um dos
306 territórios ou o que se tem que fazer. Observou ainda que parte do Jaguaré já foi atendido
307 num plano nos últimos anos, mas essa outra parte não. Enfatizou que se tem que construir
308 realmente uma solução e não é fácil, e que se está fazendo um trabalho constante com a

Agua
DIL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

309 SEHAB vendo como melhor atender. Quanto aos questionamentos do Conselheiro Sr. Carlos
310 Eduardo Schad a técnica Sra. Ana Barros ressaltou que realmente a USP é difícil, mas que
311 estão tentando construir um diálogo, ter esse ator do lado da prefeitura junto ao plano e aí,
312 também, na área habitacional, os estudos, se esta trabalhando direto com a SEHAB. Ponderou
313 então que todo território, todos os projetos e planos da Secretaria ou da Companhia serão
314 incorporados e consolidados no trabalho e que ainda não foi conversado com Osasco. Quanto
315 ao Presidente Altino junto com a CPTM, observou que a estação está no território de Osasco,
316 então, já foi verificado os projetos que a CPTM tem para estação e estamos compatibilizando
317 com o projeto da Prefeitura. Enfatizou com relação à drenagem, questão abordada pelo
318 Conselheiro Sr. Maurício Ramos, que esta se adotando soluções de microdrenagem que é a
319 competência do Município. Ponderou que para aquele território que vimos toda aquela área de
320 alagamento, está sendo estudado, que aqui na Secretaria de Infraestrutura Urbana tem um
321 projeto de uma galeria na Rua Mergenthaler, que não foi implantada ainda, mas deverá ser
322 implantada ao longo do tempo. Destacando que as outras soluções que os engenheiros estão
323 fazendo os cálculos, são soluções de microdrenagem que resolverão esse problema, ressaltou
324 que se pode fazer valas, trincheiras de retenção nos canteiros centrais das Avenidas, pode
325 fazer praças de absorção. Observou ainda que não precisam ter ações de grandes vultos, mas
326 a principio os cálculos estão indicando essas soluções e que é um estudo em desenvolvimento
327 ainda. **14)** A Presidente dispôs sobre a mudança do CEAGESP, esclarecendo que o projeto do
328 PIU NESP é um projeto do privado, que eles têm o terreno, eles têm o dinheiro, só que eles
329 não têm os permissionários. Enfatizando que eles não conseguiram atrair sequer 20% dos
330 permissionários, destacou que eles têm todas as condições de se implantar como um
331 entreposto privado se eles resolverem questões muito difíceis como o acesso ao Rodoanel que
332 a ARTESP até o momento não admitiu e resolveram a questão do licenciamento ambiental que
333 é bastante complicado. Ressaltando que está aqui na área de licenciamento da Secretaria, que
334 o projeto está tramitando, mas eles têm que cumprir uma série de requisitos como esse do
335 acesso, mesmo que ele se implante e vingue e não conseguir atrair os permissionários, ele
336 será mais um entreposto privado. Observou que a orientação que o Governo do Estado vem
337 adotando junto com a União é a mudança do CEAGESP, que pode ser um empreendimento de
338 iniciativa privada, mas que a gestão será pública, porque a formação de preço é do Governo
339 do Estado, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e tem toda uma discussão
340 desta política de abastecimento da União que detém a competência legal para essa questão de
341 logística, da distribuição. Ponderando que isso não está resolvido, ressaltou que tem uma MIP
342 aberta pelo Governo do Estado que parou, porque o então Governador achou por bem nesse
343 momento político não prosseguir com essas tratativas e esses quatro grupos privados que se
344 credenciaram, foram credenciados na MIP, estão numa etapa de atender novas exigências do
345 Governo do Estado. Observou ainda que nenhum dos quatro grupos que apresentaram
346 proposta para transferência do entreposto foi considerado com requisitos suficientes para isso.
347 Ponderando que nessa etapa no que diz respeito às tratativas da transferência Estado-União e
348 no que diz respeito ao projeto, Grupo 2 que a Prefeitura de São Paulo estava tratando junto
349 com a União, ressaltou que as tratativas também ficaram em suspenso. Ponderou que em que
350 pese que se esta discutindo essas diretrizes para transformação daquilo num pólo tecnológico
351 com um dos grandes objetivos não só de uso misto, e sabendo que a FAPESP vem
352 trabalhando no MasterPlan, que contratou a FIPE para isso, destacou que estão trabalhando



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

353 junto na discussão de diretrizes, e que o primeiro produto está previsto para janeiro. Também
354 observou que não há definições e não há porque tratar o PIU NESP como uma alternativa
355 definitiva de transferência. Também ressaltou que até o presente momento se eles
356 conseguirem licenciar esse empreendimento, ele será mais um entreposto privado. **15)** Foi
357 franqueada a palavra à Conselheira Suplente 2 do Setor Empresarial, Sra. Daniela Ferrari que
358 apontou como primeiro ponto, com relação a esse “slide” mesmo, a quantidade de ZEIS e de
359 moradia disponível face a carência de habitação nessa região. Enfatizando que se viu no PIU
360 do CEAGESP a discussão sobre áreas públicas versus essa ocupação atual da Leopoldina,
361 destacou que pelo mercado, vai ser mais fácil empreender HIS, desenvolver HIS nessa porção.
362 Questionou se há possibilidade de propor novas ZEIS, principalmente ZEIS 3 para poder
363 atender essa carência de habitação. A Conselheira ressaltou que surpreendeu muito, por
364 exemplo, o Plano Diretor com poucas ZEIS 3 nessa região, dado que tem muito galpão
365 desocupado, muito estacionamento de caminhões, cargas, que poderiam beneficiar a
366 habitação. Como segundo ponto questionou se se esse plano vai propor algum mecanismo de
367 transferência de potencial construtivo além da cota de solidariedade, porque se vê como
368 necessário que outros terrenos que não ZEIS possam desenvolver HIS e para isso, precisaria
369 de um mecanismo, tipo um CEPAC, um certificado que posse ser comercializado no mercado
370 secundário para incentivar outros terrenos com o uso de HIS. Como terceiro ponto diz respeito
371 com relação a essa linha ferroviária e o mapa cadastral do arruamento próximo a essa linha
372 ferroviária. Ressaltou que se percebe que na região do Jaguaré muitas ruas com Decreto de
373 rua, mas elas não foram executadas, que são ruas oficiais, porém não executadas, para tentar
374 dar uma permeabilidade mais próxima à linha ferroviária. Observou que elas não estão
375 executadas cumprindo sua função e que hoje elas restringem gabarito de todos esses
376 terrenos. Ponderou ainda que não se conseguiu ter um adensamento adequado, que não se
377 consegue viabilizar produção por conta dessas restrições de gabarito em ruas sem saída. E
378 como último ponto destacou o corredor da Politécnica, questionando se o desenvolvimento
379 dele vai se limitar ao polígono do PIU ou se ele vai até a Rodovia Raposo Tavares, pois é um
380 corredor muito importante para quem está desenvolvendo a região do Rio Pequeno, da
381 Raposo Tavares como alternativa para não vir pela Raposo Tavares até a estação Butantã do
382 Metrô, ou seja, quem quiser buscar o corredor viário de transporte público até a estação
383 CEAGESP ou Villa Lobos, se esse corredor vai chegar até a Raposo Tavares. **16)** Foi
384 franqueada a palavra a Conselheiro Titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião
385 Oeste, Sra. Maria Aparecida Magrini, que complementando o que foi dito pela Sra. Daniela,
386 argumentou que entendeu perfeitamente que seria apenas uma apresentação de Diretrizes e
387 que ainda não é ação, mas ressaltou que ficou com dúvida com relação às habitações de baixa
388 moradia para população de baixa renda, ponderando que quando se desloca e se faz um
389 planejamento todo numa área como aquela, não do CEAGESP, porque essa já está pensada,
390 consolidada, mas da parte tecnológica, que o que parece que se começa a empurrar mais essa
391 população mais uma vez para a área periférica a essas áreas, principalmente perto da USP,
392 que fica um espaço para requalificação da moradia dessa população. Por fim, questionou se
393 isso foi pensado para mantê-los, destacou que se não foi previsto isso no plano,
394 automaticamente eles vão invadindo e se perde todo um planejamento de uma área que já foi
395 tão bem pensada. **17)** A técnica da SP-Urbanismo, Sra. Ana Barros passou a responder
396 primeiramente para a Sra. Daniela, esclarecendo que se for olhar, realmente o número de



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

397 domicílios em condições precárias nesse território, é significativo e eu a causa habitacional tem
398 que se olhar com muito carinho nesse território. Destacou que se viu que o zoneamento
399 demarcou poucas ZEIS e que então se tem a preocupação de achar terrenos que possam se
400 viabilizar para implantação de unidades de HIS. Ponderou que se esta construindo isso com a
401 SEHAB, vendo o que é necessário, se vai ser um incentivo, se é transferência, uma
402 obrigatoriedade. Ressaltando que identificaram grandes lotes, maiores que 40, que eles tem
403 um percentual que tem que destinar para uso que não está indicado se é para equipamento,
404 institucional, se é viário ou se é área verde, destacou que então, pode ser uma forma de
405 garantir novas áreas de unidades habitacionais. Enfatizou que quando se fala em mitigar,
406 priorizar, etc, não se fala garantir porque muitos dos assentamentos que estão no território ou
407 eles estão em vias públicas ou eles estão em antigos ramais ferroviários. Enfatizou ainda que a
408 SEHAB já fez uma vistoria no local, e que vão consolidar algumas unidades que estão em
409 ramais que se pretende abrir para que sejam vias públicas e aí melhora a mobilidade.
410 Ponderando que eles terão que ser removidos, enfatizou que se tem que garantir o
411 atendimento. Destacou ainda que isso estará dentro da Lei, Decreto que for escrito, que
412 qualquer unidade que for atingida, tem de que se garantir o atendimento, e que estão
413 construindo esse discurso que se vai garantir como atendimento consolidado, definitivo.
414 Destacou também que na área habitacional, se tem dois eixos, tem um eixo de consolidação
415 que é urbanização e regularização dos assentamentos ou conjuntos que necessitam, e tem
416 previsão de novas unidades. Enfatizou que este é o desafio, de encontrar novos territórios e
417 realmente atender a população que precisa ser removida, que foi atingida porque o
418 melhoramento viário está lá, ou é uma área de risco, por exemplo. Pontuou que a SEHAB já
419 indicou que a população que está na borda da marginal, por questão de segurança, ela tem
420 que sair dali, tem que ser atendida, que é prioridade. Esclareceu que a velocidade da marginal
421 não permite que as pessoas tenham uma qualidade de vida segura morando daquele jeito que
422 estão. Observando que se tem essa preocupação uma vez que já foi identificado que tem
423 poucos terrenos de ZEIS, ponderou que a prioridade é consolidar com projetos de
424 regularização das moradias que lá estão. **18)** A Presidente enfatizou que permanece aberto
425 em consulta pública, tanto ao Conselheiros como qualquer outro cidadão que quiser contribuir,
426 no site Gestão Urbana até o dia 1º de novembro/18. A Presidente ressaltou que a discussão
427 está posta, mas não está fechada, que ela está em curso. A Presidente agradeceu as
428 contribuições e deu por encerrada a reunião. **Encerramento:** A reunião foi encerrada às
429 11h30m.

PRESIDÊNCIA

HELOISA M. SALLES PENTEADO PROENÇA
PRESIDENTE

Assessoria dos Colegiados de Urbanismo – AOC

Rua São Bento, 405 - 18º andar | sala 183A | São Paulo-SP | CEP 01011-100

3113 7786 | cmпу@prefeitura.sp.gov.br



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

APOIO
SECRETARIA EXECUTIVA DA CMPU

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES
ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO - SMUL

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR 2

ANA MARIA GAMBIER CAMPOS
TITULAR 3

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM

CAREN VANESSA DINIZ
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SF

CARLOS EDUARDO SCHAD
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

RONALDO LUIZ RISSETTO
TITULAR



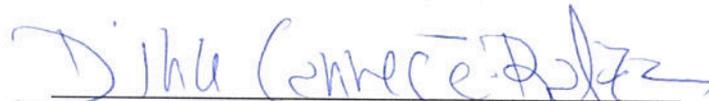
**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SEHAB


ZORAIDE AMARANTE ITAPURA DE MIRANDA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS - SIURB


DIRCE CARREGÃ BALZAN
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE - SVMA

ROSÉLIA MIKIE IKEDA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC



MARIANA DE SOUZA ROLIM
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – SMIT



TATIANA GOMES LOPES
SUPLENTE

SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO



PATRICIA SARAN
TITULAR



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**SUBPREFEITURA
MACRORREGIÃO
NORTE 2**

JULIANA LINS VIEIRA
SUPLENTE

CENTRO

DIOGO DO CARMO BORGES
TITULAR

LESTE 2

ALESSANDRA JACINTO BATISTA
TITULAR

SOCIEDADE CIVIL

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL
MACRORREGIÃO
OESTE**

MARIA APARECIDA MAGRINI
TITULAR

MAURÍCIO RAMOS
SUPLENTE
SUL 1

ROQUE PEREIRA MORAES
TITULAR



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO
SUPLENTE 1

IARA BISCEGLI JATENE
TITULAR 3

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA
SUPLENTE 3


MARIANA FERRAZ KASTRUP
TITULAR 4

SETOR EMPRESARIAL

DANIELA FERRARI TOSCANO DE BRITO
SUPLENTE 2

ROBERTO DE CASTRO MELLO
TITULAR 3

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGS


DANIELLE CAVALCANTI KLINTOWITZ
TITULAR



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – C MPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA
LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

VALTER LUÍS CALDANA JUNIOR
TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

PAULO MACHADO LISBÔA FILHO
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH

ADELCKE ROSSETTO NETTO
TITULAR

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS
SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO

MARIA CLAUDIA PEREIRA DE SOUZA
SUPLENTE

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

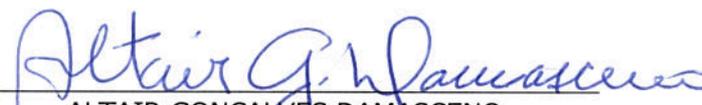
MÁRCIA RENATA ITANI
SUPLENTE



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS
DA BACIA ALTO JUQUERI - CIMBAJU**


ALTAIR GONÇALVES DAMASCENO
TITULAR

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO – SMUL (1ª representação)
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SMG
SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA - SMJ
SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SMTE
COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB
SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO – NORTE 1
SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO – OESTE
SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO – LESTE 1
SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO – SUL 1
SUBPREFEITURA MACRORREGIÃO – SUL 2

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO – NORTE 1
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO – NORTE 2
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO – CENTRO
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO – LESTE 1
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO – LESTE 2
CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO – SUL 2
MOVIMENTOS DE MORADIA (1ª, 2ª, 3ª e 4ª representações)
ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS (2ª representação)
SETOR EMPRESARIAL (1ª e 4ª representações)
ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL
ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL
(2ª representação)
MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS (2ª representação não preenchida)
MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA
MOVIMENTOS CULTURAIS
ENTIDADES RELIGIOSAS (representação não preenchida)
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CADES
CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – CMTT

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS

SECRETARIA ESTADUAL DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE
SÃO PAULO – CIGABC



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO –
CONISUD
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SP - CIOESTE
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ – CONDEMAT

